

“O racismo continua vivo, apesar da ciência, da educação e da racionalidade”: uma entrevista com Munanga

Entrevistado

Kabengele Munanga

Doutor em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Entrevistador

Fabio Monteiro de Moraes

Mestrando em Sociologia Pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
fabiocienciasociais@gmail.com

Orientador

Cristiano das Neves Bodart

Doutor em Sociologia pela (USP). Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
cristianobodart@gmail.com

Resumo

Em meados de 2023, por sugestão do meu orientador no mestrado, o prof. Dr. Cristiano das Neves Bodart, eu buscava uma personalidade do mundo acadêmico-científico, cujas as produções e a trajetória dialogassem de algum modo com a minha pesquisa sobre o ensino das relações étnico-raciais nas aulas de sociologia no ensino médio. Em agosto, depois de assistir à palestra do prof. Dr. Kabengele Munanga – sobre educação –, na 10ª Bienal do Livro de Maceió, saí de lá impactado com a sua exposição e decidido a tentar entrevistá-lo. A partir de então, fizemos contato com o professor Munanga, que nos respondeu de forma muito generosa, nos concedendo a presente entrevista. Elaboramos, então, sete questões que promoveram reflexões acerca da noção de lugar de fala, racismo estrutural, identitarismo e luta de classes, a luta antirracista no Brasil e questões em torno da Lei nº 10.639/03.

Palavras-chave: Racismo, Educação, Luta Antirracista, Kabengele Munanga.

1. Sobre Munanga¹

Brasileiro por naturalização desde 1985, Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo, onde se graduou em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Oficial do Congo (1964-1969). Foi nessa Universidade que iniciou a sua carreira acadêmica como Professor Assistente (1969-1975). Em 1969 recebeu uma bolsa de estudos do governo belga (OCD) para iniciar seus estudos de Pós-graduação na Universidade Católica de

¹Texto extraído do Lattes do prof. Munanga: <http://lattes.cnpq.br/7127393102182978>.

Louvain, Bélgica, onde permaneceu de 1969 a 1971. Nesse tempo, foi pesquisador no Museu Real da África Central em Tervuren (Bruxelas) onde se especializou em estudo das artes africanas tradicionais. No entanto, por questões relacionadas à ditadura militar instalada em seu país, teve que voltar sem terminar o doutorado. Entre os anos de 1975 a 1977, com bolsa concedida pela Universidade de São Paulo, concluiu o seu doutorado na USP em Ciências Humanas (área de concentração em Antropologia Social). Foi professor visitante na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1977), na Universidade Candido Mendes (1977), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal (1979-1980), na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique (1999), professor associado na Universidade de Montreal, Canadá (2005-2010), onde ministrou seminários, além de orientar projetos de mestrado e teses de doutoramento na Faculdade da Ciência das Religiões. Fez a maior parte da sua carreira acadêmica como professor efetivo na Universidade de São Paulo, de 1980-2012, de onde se aposentou como Professor Titular, atuando, principalmente, nas áreas de Antropologia da África e da População Afro-brasileira, com enfoque nos seguintes temas: racismo, políticas e discursos antirracistas, negritude, identidade negra *versus* identidade nacional, multiculturalismo e educação das relações étnico-raciais. Organizou o livro “Superando o Racismo na Escola” (2005), que foi o primeiro a introduzir a questão racial nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, obra cujas primeira e segunda edições foram prefaciadas, respectivamente, pelo ministro da Educação Nacional Paulo Renato e pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ocupou cargos de Diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo (1983-1989), foi Vice-Diretor do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (2002-2006) e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (2006-2010). É autor de mais de 150 publicações entre livros, capítulos de livros e artigos científicos. Recebeu vários prêmios e títulos honoríficos, entre os quais: a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, pela Presidência da República Federativa do Brasil (2002). Grau de Oficial da Ordem do Rio Branco do Ministério das Relações

Exteriores, Palácio do Itamaraty (2013). Prêmio Benedito Galvão, da Ordem dos Advogados do Estado de São Paulo (2012). Troféu raça negra 2012, pelo Afro-Brás e Faculdade Zumbi dos Palmares (2011). Homenagem como Decano em Estudos Antropológicos, pelo Departamento de Antropologia da USP (2008). Homenagem da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, ADUSP, em 2012, entre outros. Foi um dos protagonistas intelectuais negros no debate nacional em defesa das cotas e políticas afirmativas. Em setembro de 2016, recebeu o título de cidadania baiana pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Foi professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, através de uma bolsa da CAPES. Em 29 de junho de 2018, recebeu o Prêmio de Direitos Humanos USP/2017.

2. Entrevista

Fabio Moraes: Primeiramente, gostaria de agradecer a gentileza em nos conceder essa entrevista. O senhor esteve presente na 10ª Bienal do Livro de Maceió (2023), quando falou para um auditório cheio, cujas pessoas eram, em sua maior parte, jovens. Realizo esta entrevista a partir de alguns apontamentos feitos pelo senhor na ocasião.

A primeira pergunta está ligada à noção de “lugar de fala”, conceito que gera muito debate entre intelectuais, especialmente a partir da obra da filósofa e ativista do movimento feminista negro, Djamila Ribeiro. Na ocasião da Bienal, o senhor mencionou não estar de acordo com alguns jovens que defendem a ideia de que somente pessoas negras deveriam falar sobre o racismo. Lembro-me que o senhor afirmou (não exatamente com essas palavras) ver com “bons olhos” o interesse de pessoas não negras sobre a temática do racismo, tendo em vista que teve um tempo em que não havia o menor interesse dessas pessoas sobre o tema. Como o senhor se posiciona entre a noção de lugar de fala e as práticas de “cancelamento” de pessoas não negras?

Kabengele Munanga: Em primeiro lugar, muitas palavras, noções, conceitos e falas têm uma dimensão espacial e temporal. Em outros termos, foram

cunhados a partir de alguns espaços geográficos por indivíduos, grupos ou sociedades que lhes deram alguns significados. Esses significados carregam visões do mundo, filosofias de vida e ideologias. De acordo com os contatos e a evolução das sociedades, eles podem na noite dos tempos² adquirir novos significados que não tinham no início. Nesse sentido, uma mesma palavra, noção ou conceito pode carregar vários significados. Ou seja, podem dizer coisas diferentes e ao utilizá-los, as pessoas podem não querer dizer a mesma coisa. O que pode dificultar a comunicação e até criar conflitos. O que é lugar de fala para as pessoas, brancas e negras, que brigam em torno desse conceito? O que é lugar de fala para a intelectual feminista Djamila Ribeiro, o que é lugar de fala para você e para mim? O que é lugar de fala para militantes negras e negros e não militantes, que brigam em torno desta noção? A primeira atitude a tomar seria contextualizar essa noção em busca de uma certa definição consensual. As vítimas das práticas racistas, homens e mulheres negros/as, têm experiências de vida diferentes das mulheres e dos homens brancos, além de não ocuparem posições de comando nas estruturas social, política e econômica da sociedade brasileira. Neste sentido, eles/as ocupam posições inferiores, que são seus espaços ou lugares de fala. Coletivamente, as suas falas, a partir desses lugares de submissão, são diferentes das falas dos brancos, que socialmente ocupam lugares de poder e comando com todas as vantagens que a branquitude lhes oferece, em comparação com as pessoas portadoras da negritude em um universo racista. Na luta contra o racismo e a transformação das sociedades, as vozes das vítimas têm que ser prioritariamente escutadas e elas devem estar nas frentes das lutas, contando com a solidariedade das brancas e dos brancos conscientes, que entendem que o racismo não é problema do negro vítima do racismo, mas um problema da sociedade que criou o racismo, com base na hierarquização de superiores e inferiores, baseada nas diferenças das geografias de nossos corpos. Eu acredito que essas mulheres e esses homens brancos que têm consciência de que o racismo não é um problema do negro, mas sim de sua sociedade, e que se queremos derrotá-lo devemos lutar juntos, têm também suas opiniões e suas

² Essa expressão utilizada pelo autor é equivalente a dizer: “conforme o passar do tempo”.

palavras, apesar de ocuparem coletivamente os espaços de poder e de comando. Neste sentido, não devem ser desqualificados e expulsos do debate. Claro, seu lugar de fala é diferente coletivamente do lugar de fala dos negros e indígenas. O que aconteceu nos debates sobre cotas nas universidades públicas, apesar de ser uma demanda da população negra a partir do seu lugar de fala? Contamos nesses debates com a participação de muitos brancos que estavam no comando dessas universidades, ou seja, nos espaços de poder acadêmico e intelectual. Embora entenda perfeitamente as reações de jovens gerações negras e o significado do lugar de fala, acredito na solidariedade e na consciência das pessoas brancas que lutam contra o racismo, política e intelectualmente. No entanto, a fala negra tem que ser priorizada e não minimizada, como se tentou fazer. Da mesma maneira que os homens não são capacitados para falar das dores do parto que nunca sentiram e viveram, os brancos não são mais capacitados que os negros para falar das dores do racismo. Portanto, não podemos rejeitar sua solidariedade, embora saibamos que nossos lugares de fala são diferentes.

Fabio Moraes: A segunda questão, diz respeito a outra provocação feita pelo senhor, quando comentou sobre o racismo estrutural, conceito que ficou famoso por meio da obra “Racismo Estrutural”, escrita pelo professor Silvio Almeida, atual ministro da Cidadania e dos Direitos Humanos, do governo Lula. O senhor levantou a seguinte questão: “O racismo é estrutural, mas que estrutura é essa? Mental, econômica, social...”. Poderia explicar o que o levou a realizar essa provocação acerca do racismo estrutural?

Kabengele Munanga: Sem dúvida, o racismo é estrutural e sempre foi. Dizer estrutural significa que o racismo é alojado na estrutura da sociedade, ou seja, no tecido social, da mesma maneira que o machismo, o sexismo e o classismo. No entanto, o racismo é um fenômeno de uma grande complexidade e quando falamos dele não podemos reduzi-lo em termos de efeitos negativos, simplesmente pelo fato de ele estar na estrutura. É como dizer que se a gente transformar a estrutura capitalista da sociedade brasileira hoje, amanhã

acaba o racismo. Afinal, o que é a estrutura? Podemos ver a estrutura de uma casa ou de um prédio. Mas a estrutura da qual falamos é algo que não enxergamos e que muitos de nós não sabem definir. Falar de racismo estrutural se tornou um modismo, algo de que todo mundo fala sem saber o significado. De que estrutura se fala? Estrutura de uma sociedade capitalista, socialista, estrutura política, econômica, social, estrutura mental, estrutura religiosa? O que é interessante é o fato de muitas pessoas, hoje, adjetivarem o racismo no Brasil (racismo estrutural), como se a palavra estrutural acrescentasse algo de novo aos efeitos do racismo na sociedade brasileira. Tem que dizer racismo estrutural, como se o racismo não tivesse efeitos ao falarmos, simplesmente, o racismo brasileiro. É como se a cultura e a educação não carregassem o racismo. É como se os inconscientes das pessoas e suas estruturas mentais, produtos da educação que definem os comportamentos preconceituosos e as discriminações entre os indivíduos, não tivessem nenhum efeito sobre a vida das pessoas e das comunidades negras. Não basta dizer que o racismo é estrutural, institucional ou sistêmico, como alguns preferem. A questão complexa e difícil de responder é como mudar a estrutura, a instituição ou o sistema que produzem os racismos. A África do Sul terminou com o regime do Apartheid, mas continua com a estrutura capitalista de poder. Cuba tem uma estrutura socialista de poder, mas parece que o racismo não morreu totalmente. A própria ciência já mostrou que as raças não existem cientificamente, colocando fim ao racismo científico. A racionalidade deu a sua contribuição, mas o racismo, de fato, continua a fazer vítimas, apesar dos progressos da ciência e da tecnologia. O que mostra a complexidade do fenômeno racismo e as dificuldades de encontrar receitas definitivas de luta para erradicá-lo definitivamente das vidas humanas. Costumo dizer que estamos ainda no túnel do tempo das lutas para futuras gerações humanas.

Fabio Moraes: A terceira questão está relacionada a uma pergunta que eu fiz ao senhor na Bienal, estando eu na plateia. Gostaria de reformulá-la e deixar registrada nesta entrevista. Não raro, nos deparamos com um debate

envolvendo, por um lado, grupos geralmente ligados ao marxismo, que defendem a ideia de que as pautas identitárias enfraquecem a luta de classes; e por outro lado, grupos, geralmente engajados com o movimento negro, que defendem uma abordagem menos universalista e mais identitária. Ao observamos as obras de autores clássicos da sociologia brasileira, que tratam sobre o tema do racismo ou das questões do negro, como Florestan Fernandes e Octávio Ianni, não encontramos essa separação entre o capitalismo e o racismo. Nesse sentido, inspirado pela famosa frase de Malcom X, “Não existe capitalismo sem racismo”, faço duas indagações: É possível combater o racismo (nos países capitalistas) sem combater o capitalismo? Como o senhor encara esse embate entre identitarismo e luta de classes?

Kabengele Munanga: Em todas as lutas para transformar as sociedades, as pessoas que lutam têm que saber primeiramente quem são seus inimigos e com que armas lutar. Elas têm que saber quem são eles, de onde vêm e por onde vão. Essas duas perguntas remetem à questão identitária. Com efeito, as duas perguntas colocam em questão dois tipos de identidade: identidade atribuída ou heteroidentidade, e identidade autoatribuída ou autoclassificação. Sem a consciência dessa identidade coletiva (quem somos), não há como se mobilizar coletivamente para defender a liberdade e a dignidade humana das vítimas. Não basta a consciência individual e a luta individual, pois a união faz a força. Se os negros e as mulheres não assumirem coletivamente as suas identidades, não vejo como eles/elas podem se unir e se mobilizar politicamente para se libertarem do racismo e do machismo que negam sua plena humanidade. Mas isso não impede que em uma sociedade capitalista, negros e brancos pobres possam se unir contra um inimigo comum, a classe dominante e a burguesia que os exploram. Mas não devemos deixar de ver que em uma sociedade capitalista, os negros são explorados duplamente, porque são os mais pobres e porque são negros, por causa do racismo. As mulheres negras são exploradas duplamente, porque são mulheres pobres e negras. E como não sabemos até quando vai perdurar essa estrutura capitalista, os negros não vão ficar com os braços cruzados

esperando a revolução do proletariado para mudar as suas condições de vida. Não estão dividindo a luta de classe, pois enquanto isso os brancos de pensamento marxista têm alguma mobilidade na sociedade capitalista, melhores condições de vida, saúde e educação, que a maioria negra não tem. Mas quando chegar essa revolução, os negros e brancos conscientes vão se mobilizar para lutarem juntos da mesma maneira que estão lutando juntos na estrutura capitalista. As políticas de ações afirmativas (cotas para negros e indígenas e brancos pobres), as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 são promovidas na luta dentro da sociedade capitalista para a inclusão dos não brancos. Incluir não significa separar negros e brancos, pelo contrário. Sem dúvida, as teorias racialistas foram desenvolvidas no mundo capitalista ocidental e serviram para legitimar a colonização e a exploração dos países da África, da América e da Ásia, e a justificar o holocausto dos judeus na Alemanha nazista. Mas enquanto o capitalismo existir, e eu não vejo o fim dele amanhã, as vítimas têm que encontrar outras formas de luta para a sua sobrevivência. A África do Sul acabou com o regime do Apartheid dentro do capitalismo implantado pelos ocidentais. Conseguiram com outras formas de luta sem esperar o fim do capitalismo, que continua até hoje naquele país. As políticas de cotas trouxeram alguns resultados que não teríamos se estivéssemos ficado com os braços cruzados esperando a revolução do proletariado. Eu gostaria de ver essa revolução e, se ela chegar hoje, vou entrar nela, apesar da minha idade avançada. Enquanto isso, temos três caminhos possíveis: leis antirracistas que funcionam, educação cidadã antirracista e multicultural, e as políticas de ações afirmativas focadas e não universalistas abstratas, enquanto aguardamos a revolução que virá de todos os oprimidos unidos e não somente dos negros. Os grandes intelectuais brancos brasileiros, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Oracy Nogueira e tantos outros, produziram suas obras de denúncia do racismo à brasileira e do mito de democracia racial brasileira no contexto capitalista brasileiro nos anos de 1960, quando os estadunidenses já estavam discutindo as políticas afirmativas. Precisavam, antes, mostrar que existia um racismo no Brasil que era negado pelo mito e explicar como funcionava esse racismo

comparativamente aos Estados Unidos, entre outros. É o que eles fizeram para preparar os caminhos em busca das leis de inclusão que estão sendo trabalhadas hoje, principalmente, depois da Conferência de Durban.

Fabio Moraes: Na 10ª Bienal de Maceió, o senhor comentou que o racismo é fruto de uma educação racista e que não deve ser individualizado, pois, trata-se de uma construção social, e afirmou que “somente por meio de uma educação antirracista é possível eliminar o monstro do racismo, criado pela educação tradicional e eurocêntrica”. O senhor afirmou que “o antirracismo não é suficiente, mas é necessário”. Nesse sentido, por que, apesar de necessário, o antirracismo não é suficiente e quais seriam, nesta perspectiva, os pilares ou as bases de uma educação antirracista efetiva?

Kabengele Munanga: Condenar o racismo através do discurso e da racionalidade é necessário para sensibilizar, conscientizar, politizar e mostrar que é uma negação dos direitos humanos dos “outros” diferentes de “nós”, por causa da diferença da cor da pele. Mas não basta o discurso antirracista, pois é preciso passar do discurso à ação transformadora da sociedade. Essa ação remete às leis que funcionam; à uma educação multicultural que valoriza a diversidade humana e as suas diferenças, que constituem nossa riqueza coletiva e nossa sobrevivência enquanto uma única espécie humana; às políticas públicas focadas que contemplam nossas semelhanças e diferenças. Essas políticas implicam em recursos humanos e financeiros, implicam em investimentos maciços e de qualidade, implicam na vontade e no engajamento políticos para valer. Um simples discurso antirracista para agradar a inteligência e a consciência política das vítimas não é suficiente.

Fabio Moraes: O senhor costuma dizer (e facilmente percebemos isso em seus escritos) que em seus trabalhos prefere não empregar o termo “raça negra” para fazer referência às pessoas negras. O senhor comumente utiliza o termo “população negra”, partindo da noção de população proposta pelo biólogo Jean Hiernaux. Nesse sentido, quais são suas preocupações com o uso

do termo “raça” e como concebe o frequente uso do termo “étnico-racial”, sobretudo quando se trata de educação e ensino antirracista?

Kabengele Munanga: A própria ciência, a partir dos progressos realizados na Biologia Molecular e na Bioquímica, demonstrou, a partir da segunda metade do século XX, que biologicamente a raça não existe, sem negar a variabilidade humana. Mas a raça enquanto conceito não deixa de ser uma construção sociológica e política, que marcou e deixou grandes vestígios na história da humanidade. Tem racistas que continuam a acreditar que as raças existem. Tem também vítimas do racismo que continuam a acreditar que constituem uma raça diferente da raça branca. A racionalidade não consegue destruir as crenças e as paixões, infelizmente. Em nossas lutas contra o racismo e para transformar as sociedades, lidamos com seres humanos, homens e mulheres concretos, que podemos tocar, ver, cheirar, escutar e não com a raça, que é um conceito e não uma realidade palpável. É por isso, embora entenda o sentido das pessoas que falam de raça negra, que eu prefiro utilizar os conceitos de população negra, população branca, indígena, que somando constituem populações humanas diferentes das populações animais. O movimento negro entendeu essa diferença, pois no Relatório da Conferência de Durban (2001), fala-se das cotas para populações negra, indígena e outras minorias e não de cotas raciais. Com efeito, a noção de cotas raciais foi introduzida no debate nacional pelos intelectuais que estavam contra as cotas para não brancos. Disseram que as cotas iriam introduzir a raça que, cientificamente, não existe e iria também introduzir os conflitos raciais que não existem no Brasil, graças ao ideal de democracia racial. Desde então, o conceito de cota racial que não é “nosso”, entrou em nosso vocabulário. Consciente disso, eu não uso o conceito de cota racial em meus textos. Prefiro usar o conceito de cotas para negros ou para população negra. Outros, a maioria entre nós, utilizam o conceito composto “étnico-racial” no sentido de raça como construção sociológica e étnico no sentido cultural. Mesmo assim, raramente cheguei a usar esse composto e me pergunto se ele não virou um modismo. Alguns chegaram até a criar falsa oposição entre “cotas raciais” e

“cotas sociais”, como se os problemas do negro no Brasil não fossem problemas da sociedade e, portanto, problemas sociais. No entanto, o social é complexo e seus problemas devem ser atacados em suas peculiaridades através de políticas específicas focadas e não através das políticas ditas universalistas. É o meu ponto de vista.

Fabio Moraes: Aproveitando que este ano (2023) a Lei nº 10.639/03 completou 20 anos, como o senhor avalia a sua implementação, inclusive no que diz respeito à formação de professores voltada para as relações étnico-raciais?

Kabengele Munanga: É preciso reconhecer que essa Lei é uma grande conquista na luta do Movimento Social Negro ao introduzir na educação fundamental onde se forma a cidadania, a obrigatoriedade de ensinar a história e a cultura africana, a cultura e a história do negro no Brasil para substituir uma educação eurocêntrica, que negava a plena humanidade do negro e suas contribuições na história da humanidade, que negava os aportes e as contribuições dos descendentes de africanos no Brasil e reforçava os preconceitos e as práticas de discriminação racial, cujas consequências sabemos. A questão é saber se essa Lei funciona plenamente em todos os estados da União e em todos os municípios dos estados. Sabemos dos esforços das educadoras e dos educadores conscientes, brancos e negros e dos responsáveis de algumas escolas públicas. Sabemos da importância do monitoramento para o pleno funcionamento de uma Lei desta grandeza, sabemos da necessidade da formação permanente dos educadores e das educadoras, e da produção dos livros e materiais didáticos de qualidade para o funcionamento dessa lei. Estudiosas e estudiosos das áreas de educação e das áreas das ciências humanas e da história produziram muitos livros, alguns de grande qualidade e outros de qualidade medíocre. A questão que me coloco é sobre a divulgação desses livros e materiais e seu discernimento pelo(a)s educadore(a)s não informado(a)s ou mal informado(a)s. Posso estar enganado, mas a impressão que tenho é a de um certo clima caótico na aplicação das Leis

nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Um inventário crítico no âmbito de cada estado e de cada município me parece necessário.

Fabio Moraes: Por fim, realizo uma pergunta mais ampla e contextual. Se por um lado, o racismo parece estar distante de deixar de existir no Brasil, por outro, o tema vem, nos últimos anos, ganhando maior relevância, inclusive para além dos muros das universidades. Nota-se, inclusive, que muitos livros sobre o tema, escritos por intelectuais negros e negras, vêm obtendo certo sucesso de vendas entre acadêmicos e não acadêmicos. Como o senhor avalia esse momento e essa recepção?

Kebengele Munanga: A luta contra o racismo no Brasil começou muito tarde, comparativamente aos outros países que convivem com este fenômeno, como os Estados Unidos e a África do Sul durante o Apartheid. Esse atraso tem a ver com a inércia do mito de demografia racial brasileira e dos efeitos perversos das peculiaridades do modelo racista brasileiro. As leis antirracistas não existiam até 1951, com a Lei Afonso Arinos que, pela primeira vez, considerou as práticas de discriminação racial como uma contravenção penal. Esperou-se até 1988, quando a nova constituição considerou a prática racista como um crime indescritível, inafiançável e sujeito à reclusão. Lei que também não funcionou como se esperava. Agora com a nova Lei, que considera as injúrias raciais como crime³, esperamos algumas mudanças positivas em termos de punição. As leis como a nº 10.639/03 e a nº 11.645/08, o estatuto da igualdade racial e as políticas de ação afirmativa estão sortindo alguns efeitos em termos de inclusão, mas não significa o fim do racismo no Brasil, nos Estados Unidos, nos países ocidentais, como o racismo emergente chamado xenofobia em relação aos imigrantes africanos, árabes e latinos. Os Estados Unidos já têm uma classe média e uma pequena burguesia negra significativas, resultados de

³Trata-se da Lei nº 14.532, promulgada no então governo Lula, em 11 de janeiro de 2023. Essa Lei altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

lutas, mas o racismo continua vivo, apesar da ciência, da educação e da racionalidade. O que mostra quanto o racismo é um fenômeno de grande complexidade, cuja receita final a humanidade consciente ainda não possui. No Brasil, a consciência está crescendo tanto no meio de alguns brancos como no meio das próprias vítimas do racismo, e algumas conquistas, como o ingresso dos negros e das negras nas universidades é inegável, embora estejam ainda sub-representados em todas as áreas da sociedade, mais pobres entre todos os pobres, mais vítimas da violência letal policial etc. Estamos em um processo que levará algumas gerações, pois não se resolve em 20 anos de cotas ou da vigência da Lei nº 10.639/03, um abismo acumulado de cerca de quatro séculos de desigualdades entre brancos e não brancos na estrutura de uma sociedade racista. Nem por isso devemos minimizar os resultados das conquistas das lutas das gerações passadas, presentes e futuras. A luta continua.

Recebido em: agosto de 2023

Aceito em: dezembro de 2023

COMO REFERENCIAR

MUNANGA, Kebengele. “O racismo continua vivo, apesar da ciência, da educação e da racionalidade”: uma entrevista com Munanga. Entrevista concedida a Fabio Monteiro de Moraes. *Latitude*, Maceió, v. 17, n. 2, p. 1-13, 2023